

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE  
SOCIAL**

**ANO DE  
2017**

**DENOMINAÇÃO:** APDI – Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino, Colite Ulcerosa e Doença de Crohn

**MORADA:** Avenida Rodrigues Vieira

**Nº 80 Sala A**

**LOCALIDADE:** Leça do Balio

**FREGUESIA:** Leça do Balio

**CONCELHO:** Matosinhos

**COD. POSTAL:** 4465-738

  
\_\_\_\_\_  
(O Contabilista Certificado)

**A DIRECÇÃO:**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:** Leça do Balio \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Leça do Balio \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

\_\_\_\_\_

APDI - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOENÇA INFLAMATÓRIA DO INTESTINO  
COLITE ULCEROSA E DOENÇA DE CROHN

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte : 503454311

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	0,00	122,24
		0,00	122,24
<b>Ativo corrente</b>			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9.1	750,00	1 695,00
Diferimentos	9.3	111,82	130,31
Outros ativos correntes	9.2	64 016,57	64 444,98
Caixa e depósitos bancários	9.4	141 725,36	122 142,42
		206 603,75	188 412,71
<b>Total do ativo</b>		206 603,75	188 534,95
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	9.5	11 416,70	11 416,70
Resultados transitados	9.5	157 904,62	149 570,37
		169 321,32	160 987,07
Resultado líquido do período		28 991,69	8 334,25
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		198 313,01	169 321,32
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	9.6	514,27	9 140,00
Financiamentos obtidos	7	212,81	0,00
Estado e outros entes públicos	9.7	0,00	225,81
Diferimentos	9.3	5 546,47	581,00
Outros passivos correntes	9.8	2 017,19	9 266,82
		8 290,74	19 213,63
<b>Total do passivo</b>		8 290,74	19 213,63
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		206 603,75	188 534,95

A Direção

Contabilista Certificado

APDI - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOENÇA INFLAMATÓRIA DO INTESTINO  
COLITE ULCEROSA E DOENÇA DE CROHN

Contribuinte: 503454311

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	5	19 466,03	16 350,94
Subsídios, doações e legados à exploração	9.9	50 587,07	41 872,51
Fornecimentos e serviços externos	9.10	-28 773,91	-38 737,72
Gastos com o pessoal	6	-12 464,17	-12 165,26
Aumentos/reduções de justo valor	9.11	7,52	52,32
Outros rendimentos	9.12	601,39	1 750,32
Outros gastos	9.13	-310,00	-625,87
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e</b>		<b>29 113,93</b>	<b>8 497,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-122,24	-162,99
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e</b>		<b>28 991,69</b>	<b>8 334,25</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>28 991,69</b>	<b>8 334,25</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>28 991,69</b>	<b>8 334,25</b>

A Direção

Contabilista Certificado

APDI - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOENÇA INFLAMATÓRIA DO INTESTINO  
COLITE ULCEROSA E DOENÇA DE CROHN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		7 361,50	9 110,94
Pagamentos a fornecedores		-39 861,17	-16 369,15
Pagamentos ao pessoal		-12 229,51	-12 099,24
Caixa gerada pelas operações		-44 729,18	-19 357,45
Outros recebimentos/pagamentos		18 250,71	1 838,18
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-26 478,47	-17 519,27
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	9.14	405,56	267,77
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		405,56	267,77
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		45 655,85	41 872,51
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		45 655,85	41 872,51
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		122 142,42	97 521,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.4	141 725,36	122 142,42

A Direção

Contabilista Certificado

**APDI**  
**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA DOENÇA**  
**INFLAMATÓRIA DO INTESTINO COLITE**  
**ULCEROSA E DOENÇA DE CROHN**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**  
**2017**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros..	3
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	9
5	Rédito .....	9
6	Benefícios dos empregados.....	9
7	Empréstimos obtidos.....	10
8	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	10
9	Outras Informações .....	10
9.1	Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros .....	10
9.2	Outros ativos correntes.....	10
9.3	Diferimentos .....	11
9.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	11
9.5	Fundos Patrimoniais .....	11
9.6	Fornecedores.....	11
9.7	Estado e Outros Entes Públicos .....	11
9.8	Outras Passivos Correntes .....	12
9.9	Subsídios, doações e legados à exploração .....	12
9.10	Fornecimentos e serviços externos.....	12
9.11	Aumentos / reduções de justo valor.....	12
9.12	Outros rendimentos e ganhos .....	12
9.13	Outros gastos .....	13
9.14	Resultados Financeiros.....	13
9.15	Outras informações consideradas relevantes .....	13
9.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	13

## **1 Identificação da Entidade**

---

A “APDI – Associação Portuguesa da Doença Inflamatória do Intestino Colite Ulcerosa e Doença de Crohn” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 106, III Série de 8 de Maio de 2001, com sede em Avenida Rodrigues Vieira, 80 - Sala A – Leça do Balio - Matosinhos. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Aconselhamento e apoio a pessoas que sofram da Doença de Crohn/Colite Ulcerosa
- Melhoria e alargamento dos cuidados médicos ambulatoriais
- Difusão de informação sobre esta doença para o público
- Promoção da investigação sobre as causas e tratamento da doença
- Cooperação com a classe médica, pessoal de enfermagem, indústria farmacêutica, serviços e entidades públicas

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros**

---

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

#### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### 3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

### 3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 12.4, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicadas de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento Informático	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

### **3.2.3 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### **Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

As quotas procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### **Créditos a Receber**

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e outros passivos correntes**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.4 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.5 Financiamentos Obtidos**

##### **Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### **3.2.6 Impostos Sobre o Rendimento**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

#### 4 Ativos Fixos Tangíveis

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Equipamento Básico	434,08				434,08
Outros Ativos Fixos Tangíveis	135,05				135,05
Equipamento Administrativo	2.927,88				2.927,88
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>3.497,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.497,01</b>
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	434,08				434,08
Outros Ativos Fixos Tangíveis	135,05				135,05
Equipamento Administrativo	2.805,64	122,24			2.927,88
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>3.374,77</b>	<b>122,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.497,01</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>122,24</b>	<b>-122,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços	19.466,03	16.350,94
Quotas	6.466,03	9.350,94
Patrocinadores e colaborações	13.000,00	7.000,00
Outros Réditos	405,56	267,77
Juros	405,56	267,77
<b>Total</b>	<b>19.871,59</b>	<b>16.618,71</b>

#### 6 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016 foram de "13".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 e em 31/12/2016 foi de "1".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	10.320,02	10.139,08
Encargos sobre as Remunerações	2.048,04	1.946,65
Seguros de Acidentes Trabalho	96,11	79,53
<b>Total</b>	<b>12.464,17</b>	<b>12.165,26</b>

## 7 Empréstimos obtidos

A rubrica "Financiamentos obtidos" tinha em 31 de dezembro de 2017 o seguinte saldo:

Descrição	2017		
	Corrente	Não Corrente	Total
Cartão de crédito	212,81	0,00	212,81
<b>Total</b>	<b>212,81</b>	<b>0,00</b>	<b>212,81</b>

## 8 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 9 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 9.1 Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Quotas Associados	750,00	1.695,00
<b>Total</b>	<b>750,00</b>	<b>1.695,00</b>

### 9.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos rendimentos	9.500,00	40,76
Fundos de Investimento	54.311,82	64.404,22
Adiantamento a fornecedor	150,00	0,00
Outros devedores	54,75	0,00
<b>Total</b>	<b>64.016,57</b>	<b>64.444,98</b>

### 9.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	111,82	130,31
<b>Total</b>	<b>111,82</b>	<b>130,31</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Quotas anos posteriores	546,47	581,00
Laboratórios	5.000,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.546,47</b>	<b>581,00</b>

### 9.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	38,98	29,35
Depósitos à ordem	26.686,38	22.113,07
Depósitos a prazo	115.000,00	100.000,00
<b>Total</b>	<b>141.725,36</b>	<b>122.142,42</b>

### 9.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	11.416,70	0,00	0,00	11.416,70
Resultados transitados	149570,37	8.334,25	0,00	157.904,62
<b>Total</b>	<b>160.987,07</b>	<b>8.334,25</b>	<b>0,00</b>	<b>169.321,32</b>

### 9.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Passivo</b>		
Fornecedores	514,27	9.140,00
<b>Total</b>	<b>514,27</b>	<b>9.140,00</b>

### 9.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Passivo</b>		
IRS – Trabalhadores Independentes	0,00	0,00
IRS – sobretaxa	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	225,81
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>225,81</b>

### 9.8 Outras Passivos Correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos		1.693,80		9.035,49
Outros credores		323,39		231,33
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>2.017,19</b>	<b>0,00</b>	<b>9.266,82</b>

### 9.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsidio laboratórios	7.500,00	0,00
Subsidio Effca	336,78	0,00
Doações e heranças (donativos)	42.750,29	41.872,51
<b>Total</b>	<b>50.587,07</b>	<b>41.872,51</b>

### 9.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	12.077,28	27.372,15
Materiais	777,97	729,25
Energia e fluidos	719,38	842,13
Deslocações, estadas e transportes	4.931,80	4.280,64
Serviços diversos	10.267,48	5.513,55
<b>Total</b>	<b>28.773,91</b>	<b>38.737,72</b>

### 9.11 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2017 e 2016 ganhos por aumento do "justo valor" no seguinte instrumento financeiro:

Descrição	2017	2016
Fundos de Investimento (Millennium Tesouraria)	7,52	52,32
<b>Total</b>	<b>7,52</b>	<b>52,32</b>

### 9.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Sentenças Judiciais - Injunções	0,00	400,00
Direitos Autor	193,83	237,63
Reembolso despesas	0,00	844,92
Cashback – cartão crédito	2,00	0,00
Juros depósitos	405,56	267,77
<b>Total</b>	<b>601,39</b>	<b>1.750,32</b>



**9.13 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Correções	0,00	122,84
Donativos	0,00	100,00
Quotizações	310,00	327,02
Multas	0,00	76,01
<b>Total</b>	<b>310,00</b>	<b>625,87</b>

**9.14 Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros depósitos	405,56	267,77
<b>Total</b>	<b>405,66</b>	<b>267,77</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>405,66</b>	<b>267,77</b>

**9.15 Outras informações consideradas relevantes**

A Câmara Municipal de Matosinhos celebrou um contrato de comodato com a APDI em 2012 com vista à atribuição de um espaço a título gratuito.

As despesas com eletricidade, água e limpeza são partilhadas com duas associações que ocupam o mesmo equipamento.

**9.16 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leça do Balio, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direção